



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA**



ANTONIO PEDRO ALMEIDA SOUSA

**ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO A CRIMES PATRIMONIAIS EM
PEQUENOS COMÉRCIOS**

GOIÂNIA-GO

2025

ANTONIO PEDRO ALMEIDA SOUSA

**ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO A CRIMES PATRIMONIAIS EM
PEQUENOS COMÉRCIOS**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Profa. Esp. Gabriella Vicente Martins

GOIÂNIA-GO

2025

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO A CRIMES PATRIMONIAIS EM PEQUENOS COMÉRCIOS

STRATEGIES FOR PREVENTING PROPERTY CRIME IN SMALL BUSINESSES

Antonio Pedro Almeida Sousa¹

Gabriella Vicente Martins²

Resumo

Os crimes patrimoniais, como furtos, arrombamentos e vandalismo, constituem uma ameaça persistente aos pequenos comércios, impactando a economia local e a sensação de segurança comunitária, especialmente em contextos socioeconômicos adversos como desemprego e desigualdades. No âmbito da Polícia Militar de Goiás (PMGO), estratégias preventivas, incluindo rondas ostensivas e programas educativos, visam mitigar esses delitos em áreas comerciais urbanas. O objetivo geral deste estudo é analisar a eficácia das estratégias de prevenção a crimes patrimoniais em pequenos comércios implementadas pela PMGO. A análise demonstra que rondas ostensivas emergem como a abordagem predominante, com frequência percebida como adequada pela maioria dos policiais e contribuindo para reduções significativas em furtos e arrombamentos, alinhando-se à literatura que enfatiza o papel dissuasório da visibilidade policial. A melhoria na eficácia impulsionada pelo uso de dados criminais reforça a necessidade de ferramentas analíticas, enquanto a suficiência parcial das ações policiais indica oportunidades para integração comunitária, promovendo não apenas repressão, mas também conscientização socioeconômica. Conclui-se que as estratégias da PMGO contribuem para a redução de delitos patrimoniais, embora demandem superação de limitações estruturais, como aumento de efetivo e maior interação comunitária, para otimizar a segurança em pequenos comércios e promover estabilidade socioeconômica.

Palavras-chave: Crimes patrimoniais; Prevenção policial; PMGO; Pequenos comércios; Segurança comunitária.

Abstract

Property crimes, such as theft, burglary, and vandalism, pose a persistent threat to small businesses, impacting the local economy and the sense of community security, especially in adverse socioeconomic contexts such as unemployment and inequality. Within the Goiás Military Police (PMGO), preventive strategies, including patrols and educational programs, aim to mitigate these crimes in urban commercial areas. The overall objective of this study is to analyze the effectiveness of property crime prevention strategies implemented by the PMGO in small businesses. The analysis demonstrates that patrols emerge as the predominant approach, often perceived as adequate by most officers and contributing to significant reductions in thefts and burglaries, aligning with the literature that emphasizes the deterrent role of police visibility. The improved effectiveness driven by the use of criminal data reinforces the need for analytical tools, while the partial sufficiency of police actions indicates opportunities for community integration, promoting not only repression but also socioeconomic awareness. It is concluded that PMGO strategies contribute to the reduction of property crimes, although they require

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 1ª Turma/2025, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: pedroalmeidaquio@gmail.com Telefone: 61 99198-6164.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Especialista em Assessoria de Comunicação Social pela UFG. MBA em Inteligência Estratégica, Competitiva e Segurança Pública (Sensu), Jornalista .gvicentemartins@yahoo.com.br. Goiânia.

overcoming structural limitations, such as increased staffing and greater community interaction, to optimize security in small businesses and promote socioeconomic stability.

Keywords: Property crimes; Police prevention; PMGO; Small businesses; Community security.

1 INTRODUÇÃO

Os crimes patrimoniais, como furtos, arrombamentos e vandalismo, representam uma ameaça constante aos pequenos comércios, impactando a economia local e a sensação de segurança nas comunidades. Esses delitos, frequentemente associados a fatores socioeconômicos como desemprego, conforme apontado por Santos et al. (2021), exigem estratégias de prevenção que combinem ações policiais e medidas comunitárias. A Polícia Militar, por meio de patrulhamento ostensivo e programas preventivos para a redução dessas ocorrências.

Araújo (2025) destaca que o posicionamento estratégico de equipes policiais em áreas de maior incidência criminal pode dissuadir a prática de crimes contra o patrimônio, especialmente em regiões comerciais. No contexto de Goiás, pequenos comerciantes enfrentam desafios para proteger seus estabelecimentos, muitas vezes devido à falta de recursos para segurança privada. A implementação de estratégias preventivas, como rondas territorializadas e ações educativas, tem sido explorada, mas sua eficácia permanece pouco avaliada.

A pesquisa é relevante por abordar a necessidade de estratégias eficazes para proteger pequenos comércios, que são pilares da economia local e frequentemente alvos de crimes patrimoniais. A persistência desses delitos pode gerar prejuízos financeiros, desemprego e insegurança, como observado por Guimarães (2018). Ao analisar a eficácia das ações preventivas da Polícia Militar de Goiás, o estudo busca identificar práticas que fortaleçam a segurança desses estabelecimentos, contribuindo para a estabilidade econômica e social das comunidades. A pesquisa também pode oferecer diretrizes para otimizar o uso de recursos policiais, alinhando-se às discussões de Zart e Gallois (2019) sobre a importância de dados criminais na formulação de estratégias.

A pesquisa será desenvolvida com abordagem qualitativa, utilizando uma combinação de análise documental, pesquisa de campo e revisão bibliográfica com o intuito de responder a seguinte questão: quais são as estratégias de prevenção a crimes patrimoniais implementadas pela Polícia Militar de Goiás em pequenos comércios, e qual é sua eficácia percebida por policiais e comerciantes em áreas urbanas? A questão reflete a necessidade de compreender como as ações policiais impactam a segurança dos comércios e identificar barreiras que comprometam sua efetividade.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a eficácia das estratégias de prevenção a crimes patrimoniais, como vandalismo e arrombamentos, em pequenos comércios, no âmbito das ações da Polícia Militar de Goiás. A pesquisa busca mapear as estratégias de prevenção a crimes patrimoniais adotadas pela PMGO em áreas comerciais urbanas, avaliar a percepção de policiais militares sobre a efetividade dessas estratégias na redução de furtos e arrombamentos, investigar a perspectiva de pequenos comerciantes sobre o impacto das ações policiais na segurança de seus estabelecimentos e identificar barreiras operacionais ou estruturais que dificultem a implementação de medidas preventivas eficazes.

2 REVISÃO TEÓRICA

Crimes patrimoniais, como furtos, arrombamentos e vandalismo, representam desafios significativos para a segurança pública, especialmente em pequenos comércios, que atuam de forma direta na economia local. Esses delitos geram prejuízos financeiros, impactam a geração de empregos e comprometem a percepção de segurança nas comunidades. Guimarães (2018) argumenta que fatores socioeconômicos, como desigualdade e desemprego, estão diretamente associados à incidência de crimes contra o patrimônio, criando um ciclo de insegurança que afeta pequenos comerciantes.

Santos et al. (2021) complementam que, na região metropolitana de São Paulo, o desemprego é um preditor significativo de furtos e roubos, sugerindo que condições econômicas adversas incentivam práticas delituosas. No contexto de Goiás, pequenos comércios enfrentam vulnerabilidades específicas, como a falta de recursos para segurança privada, o que torna a atuação da Polícia Militar essencial para a prevenção desses delitos.

A Polícia Militar de Goiás (PMGO) adota estratégias preventivas, como patrulhamento ostensivo e programas educativos, para reduzir a incidência de crimes patrimoniais em áreas comerciais. Araújo (2025) destaca que o posicionamento estratégico de equipes policiais em regiões de maior incidência criminal é uma prática eficaz para dissuadir delitos, especialmente furtos e arrombamentos. O autor enfatiza que rondas territorializadas, planejadas com base em dados criminais, permitem maior visibilidade policial e inibem ações criminosas. Ferreira e

Nascimento (2023) analisam o papel do patrulhamento ostensivo na PMGO, observando que a presença policial em áreas comerciais urbanas contribui para a redução de ocorrências, embora a eficácia dependa da coordenação e do planejamento das ações. Fernandes e Souza (2024) examinam a divisão territorializada do policiamento em Belém, sugerindo que a alocação estratégica de recursos policiais, com base em mapeamentos criminais, fortalece a

prevenção em comércios. Essa abordagem é aplicável ao contexto goiano, onde a territorialização pode otimizar a resposta a crimes patrimoniais.

A prevenção a crimes patrimoniais exige a integração de ações policiais com medidas comunitárias. Zart e Gallois (2019) defendem que o uso de dados criminais é indispensável para a formulação de estratégias preventivas, permitindo identificar áreas de maior risco e direcionar recursos de forma eficiente. No estudo realizado em Caçador, Santa Catarina, os autores observam que o mapeamento de furtos e roubos orientou a intensificação de rondas em zonas comerciais, resultando em redução de delitos.

Na PMGO, Paiva e Dourado (2023) destacam a atuação da 43ª Companhia de Policiamento Especializado, que combina rondas ostensivas com ações educativas, como palestras para comerciantes, para aumentar a conscientização sobre segurança. Essas iniciativas, embora promissoras, enfrentam desafios, como a necessidade de maior interação com a comunidade, conforme apontado por Matos e Severo (2024) em estudo sobre a percepção dos comerciantes em Senador Canedo, Goiás.

A percepção de policiais e comerciantes sobre a eficácia das estratégias preventivas varia conforme o contexto e os recursos disponíveis. Ferreira e Nascimento (2023) indicam que policiais da PMGO percebem o patrulhamento ostensivo como uma ferramenta eficaz, mas limitada por fatores como insuficiência de efetivo e equipamentos. Paiva e Dourado (2023) complementam que a presença policial é valorizada por comerciantes, mas a falta de continuidade nas rondas reduz sua efetividade percebida.

Matos e Severo (2024) observam que, em Senador Canedo, os comerciantes reconhecem o impacto positivo das ações policiais, mas apontam a necessidade de maior proximidade com a PMGO para desenvolver medidas conjuntas, como a instalação de câmeras de segurança comunitárias. Essa percepção reflete a importância de estratégias que combinem repressão e prevenção, promovendo a confiança mútua entre policiais e comerciantes.

Barreiras operacionais e estruturais representam obstáculos significativos para a implementação de medidas preventivas eficazes. Santana (2023) analisa a atuação da Polícia Militar do Paraná durante a pandemia, destacando que a escassez de recursos humanos e materiais compromete a capacidade de manter patrulhamento contínuo em áreas comerciais.

No contexto da PMGO, Ferreira e Nascimento (2023) apontam que a falta de integração entre unidades operacionais dificulta a coordenação de ações preventivas. Rios, Mairink e Almeida (2015) discutem a responsabilidade do Estado na prevenção de crimes patrimoniais, observando que limitações orçamentárias e falhas na gestão de dados criminais impactam a eficácia das estratégias policiais. Guimarães (2018) reforça que a ausência de políticas públicas

integradas, que combinem segurança e desenvolvimento econômico, perpetua a vulnerabilidade dos pequenos comércios.

A literatura aponta sobre a relevância de estratégias preventivas que integrem patrulhamento ostensivo, uso de dados criminais e interação com a comunidade. Araújo (2025) e Zart e Gallois (2019) destacam a eficácia de rondas territorializadas e mapeamentos criminais, enquanto Matos e Severo (2024) enfatizam a importância da percepção dos comerciantes para avaliar o impacto das ações policiais.

Contudo, divergências emergem quanto aos desafios operacionais. Enquanto Ferreira e Nascimento (2023) apontam limitações internas, como falta de efetivo, Santana (2023) e Rios, Mairink e Almeida (2015) destacam barreiras estruturais, como restrições orçamentárias. A análise dessas questões é essencial para compreender a eficácia das estratégias da PMGO e propor melhorias que fortaleçam a segurança dos pequenos comércios, promovendo um ambiente mais seguro e economicamente estável.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter exploratório, visando analisar a eficácia das estratégias de prevenção a crimes patrimoniais em pequenos comércios no âmbito das ações da Polícia Militar de Goiás (PMGO). A metodologia combina análise documental, pesquisa de campo e revisão bibliográfica, permitindo a coleta de dados detalhados sobre as estratégias empregadas, as percepções de policiais e comerciantes e as barreiras enfrentadas. Esta seção descreve os procedimentos, instrumentos e técnicas utilizados, garantindo a reprodutibilidade do estudo.

A análise documental envolve o exame de relatórios de ocorrências e planos operacionais da PMGO, com foco nas estratégias preventivas direcionadas a pequenos comércios em áreas urbanas. Os documentos serão selecionados com base em dois critérios: relevância para os objetivos da pesquisa e acesso autorizado pelo CAPM. O objetivo é mapear as ações implementadas, como rondas territorializadas e programas educativos, e avaliar sua conformidade com as práticas descritas na literatura. A revisão bibliográfica fundamentará o estudo com base nas 10 referências fornecidas, abordando conceitos de crimes patrimoniais, estratégias preventivas e percepções de eficácia.

A pesquisa de campo consistirá na aplicação de questionários estruturados com 10 perguntas fechadas de múltipla escolha, direcionados a policiais militares de unidades operacionais em áreas comerciais urbanas de Goiás. A população-alvo inclui policiais de

batalhões com atuação em zonas comerciais e comerciantes de pequenos estabelecimentos (lojas, padarias, farmácias). A amostra será selecionada por amostragem intencional, garantindo diversidade em termos de experiência e localização. Os questionários visam captar percepções sobre a eficácia das estratégias e identificar barreiras operacionais.

O questionário contém perguntas organizadas em quatro seções: dados gerais, estratégias preventivas, percepção de eficácia e barreiras operacionais. As questões foram elaboradas para garantir clareza e objetividade, com tempo estimado de preenchimento de 10 a 15 minutos. A análise dos dados utilizará análise de conteúdo, com tabulação das respostas dos questionários em tabelas para identificar padrões nas percepções de policiais e comerciantes. Os resultados serão comparados com os achados da análise documental, permitindo a identificação de pontos fortes e fragilidades nas estratégias preventivas.

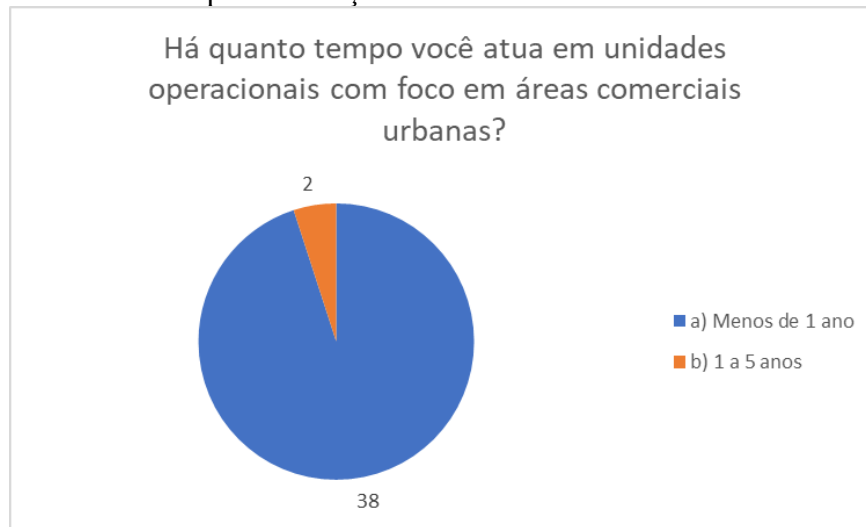
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo consistiu na aplicação de questionários estruturados com 11 perguntas, sendo 10 de múltipla escolha e uma aberta, direcionados a 40 policiais militares atuantes em unidades operacionais com ênfase em áreas comerciais urbanas de Goiás. A coleta de dados ocorreu entre junho e agosto de 2025, priorizando batalhões com intervenção em zonas comerciais.

Os respondentes demonstram predomínio de inexperiência na função, com 95% atuando há menos de um ano e 5% entre um e cinco anos. Tal distribuição indica amostra composta majoritariamente por policiais em fase inicial de carreira, o que influencia as percepções sobre medidas preventivas.

O Gráfico 1 revela a concentração de respondentes com tempo de atuação reduzido, o que se relaciona às dificuldades de manutenção de quadros experientes na PMGO, conforme Ferreira e Nascimento (2023) observam que a rotatividade compromete a continuidade do patrulhamento ostensivo. Guimarães (2018) associa essa condição a variáveis socioeconômicas que afetam a persistência das intervenções preventivas contra delitos patrimoniais.

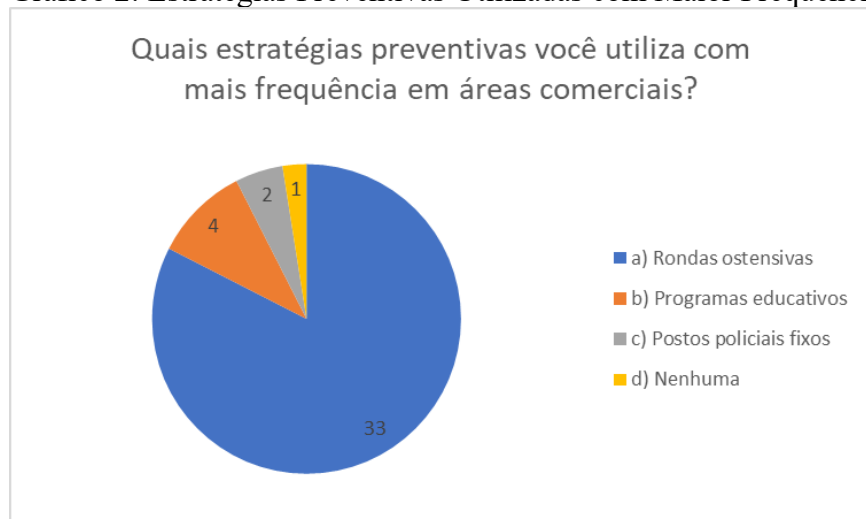
Gráfico 1: Tempo de Atuação dos Policiais Militares



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

As rondas ostensivas emergem como estratégia predominante (82,5%), seguidas por programas educativos (10%), postos fixos (5%) e ausência de estratégias (2,5%). A avaliação da frequência das rondas registra adequação em 75% dos casos, baixa em 15%, alta em 7,5% e muito baixa em 2,5%.

Gráfico 2: Estratégias Preventivas Utilizadas com Maior Frequência



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 2 evidencia a priorização das rondas ostensivas, em consonância com Araújo (2025), que preconiza o posicionamento tático em zonas de elevada incidência para inibir crimes contra o patrimônio. Paiva e Dourado (2023) analisam a aplicação dessa abordagem na 43ª Companhia de Policiamento Especializado, onde a coordenação influencia a visibilidade.

Tabela 1: Avaliação da Frequência das Rondas Policiais em Áreas Comerciais

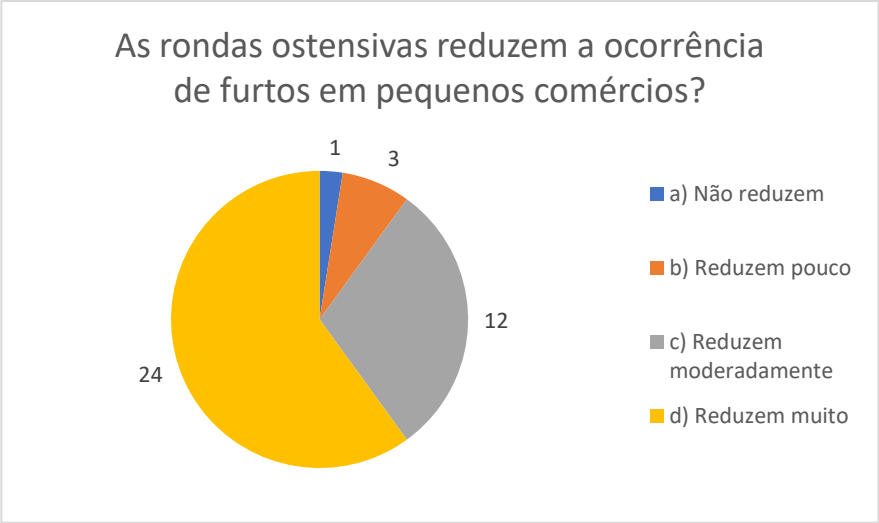
Frequência das Rondas	Quantidade	Porcentagem (%)
Adequada	30	75,00
Baixa	6	15,00
Alta	3	7,50
Muito baixa	1	2,50

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 1 demonstra que 17,5% dos policiais percebem frequência insuficiente, o que reflete restrições operacionais identificadas por Zart e Gallois (2019) em mapeamentos criminais, os quais demandam planejamento para mitigar lacunas em áreas comerciais urbanas.

As rondas ostensivas reduzem furtos em grau elevado para 60% dos respondentes, moderado para 30%, baixo para 7,5% e nulo para 2,5%. Para arrombamentos, a redução elevada atinge 62,5%, moderada 32,5% e nula 5%.

Gráfico 3: Níveis de Redução de Furtos e Arrombamentos por Rondas Ostensivas

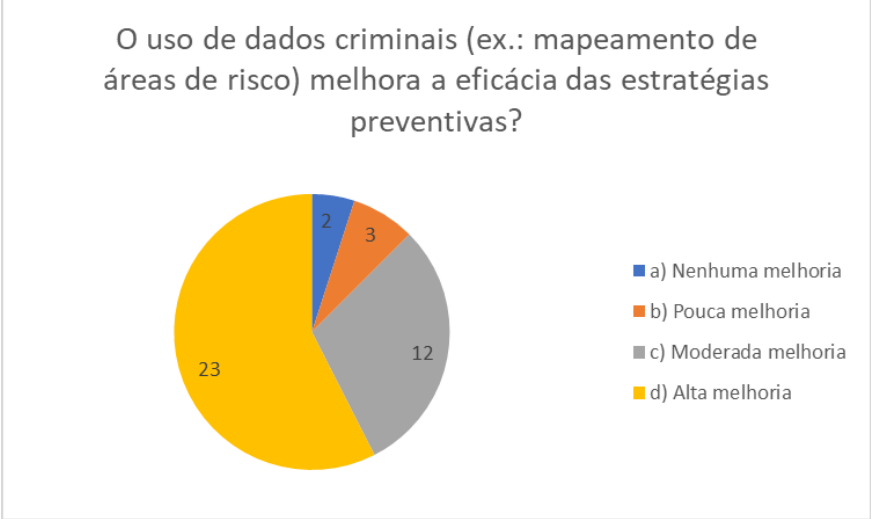


Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 3 ilustra a percepção de eficácia moderada a alta das rondas, alinhada à análise de Santos et al. (2021) sobre a correlação entre desemprego e delitos patrimoniais em contextos metropolitanos, onde intervenções policiais atenuam tais variáveis. Fernandes e Souza (2024) examinam a territorialização em Belém, reforçando que essa prática potencializa a prevenção em estabelecimentos vulneráveis, conforme Guimarães (2018) discute a ausência de segurança privada em pequenos comércios.

O emprego de dados criminais gera melhoria elevada em 57,5% das respostas, moderada em 30%, baixa em 7,5% e nula em 5%. As ações policiais revelam suficiência em 45% dos casos, elevada em 30%, parcial em 17,5% e insuficiência em 7,5%.

Gráfico 4: Níveis de Melhoria na Eficácia das Estratégias pelo Uso de Dados Criminais



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 4 destaca a valorização do mapeamento de riscos, conforme Zart e Gallois (2019) verificam reduções em furtos por meio de dados em Caçador, Santa Catarina. Ferreira e Nascimento (2023) contextualizam na PMGO que o patrulhamento ostensivo beneficia-se dessa ferramenta, embora limitações de pessoal expliquem a percepção de insuficiência em 25% dos respondentes.

Tabela 2: Percepção de Suficiência das Ações Policiais na Segurança de Pequenos Comércio

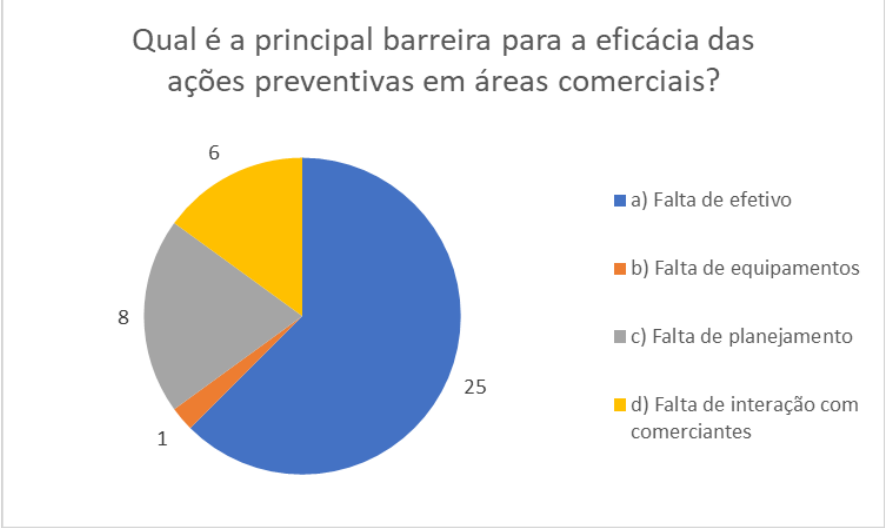
Suficiência das Ações	Quantidade	Porcentagem (%)
Suficientes	18	45,00
Muito suficientes	12	30,00
Parcialmente suficientes	7	17,50
Insuficientes	3	7,50

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 2 indica que a suficiência parcial ou insuficiente reflete responsabilidades estatais analisadas por Rios, Mairink e Almeida (2015), onde restrições orçamentárias impedem a alocação otimizada de recursos baseados em dados criminais.

A barreira principal reside na falta de efetivo (62,5%), seguida por planejamento (20%), interação com comerciantes (15%) e equipamentos (2,5%). A coordenação comunitária apresenta-se bem estabelecida em 47,5%, parcial em 30%, elevada em 15% e ausente em 7,5%.

Gráfico 5: Principais Barreiras à Eficácia das Ações Preventivas



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 5 enfatiza a predominância da deficiência de pessoal, em linha com Santana (2023) na Polícia Militar do Paraná, onde a escassez compromete o patrulhamento contínuo em zonas comerciais. Matos e Severo (2024) avaliam em Senador Canedo que a interação comunitária eleva a sensação de segurança, justificando os 22,5% de coordenação inadequada.

Tabela 3: Níveis de Coordenação das Estratégias Preventivas com a Comunidade Comercial

Coordenação com Comunidade	Quantidade	Porcentagem (%)
Bem coordenadas	19	47,50
Parcialmente coordenadas	12	30,00
Muito bem coordenadas	6	15,00
Não coordenadas	3	7,50

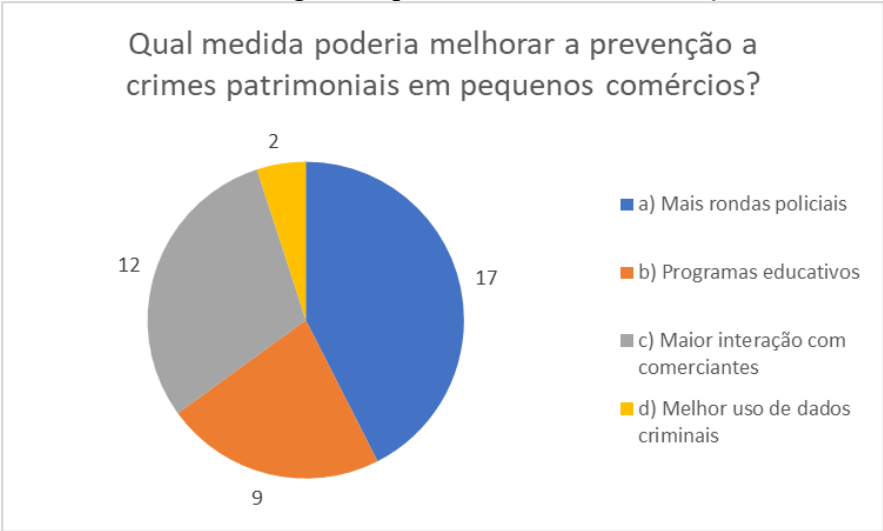
Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 3 demonstra que a coordenação parcial prevalece em parte dos casos, o que Paiva e Dourado (2023) atribuem à necessidade de ações educativas para consolidar parcerias entre policiais e comerciantes.

As medidas propostas incluem ampliação de rondas (42,5%), interação com comerciantes (30%), programas educativos (22,5%) e otimização de dados criminais (5%). Na

questão aberta, 15 respostas substanciais priorizaram a falta de efetivo (73%), além de restrições financeiras e investimentos em educação e saúde.

Gráfico 6: Medidas Sugeridas para Melhoria na Prevenção a Crimes Patrimoniais



Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

O Gráfico 6 reflete a ênfase em rondas e interação, conforme Araújo (2025) e Matos e Severo (2024) defendem a proximidade comunitária para reforçar a prevenção. Os obstáculos identificados, como deficiência de pessoal e recursos, convergem com Ferreira e Nascimento (2023) e Rios, Mairink e Almeida (2015), que examinam limitações estruturais na gestão policial. Guimarães (2018) e Santos et al. (2021) relacionam esses elementos a intervenções socioeconômicas para combater as origens dos delitos patrimoniais.

Na questão aberta sobre o maior obstáculo para a eficácia das estratégias, predomina a falta de efetivo (sete menções explícitas, ou 41,18% das 17 respostas), seguida por falta de recursos ou estrutura (três, ou 17,65%), investimentos em educação/saúde/social (dois, ou 11,76%) e limitações financeiras/tecnológicas (dois, ou 11,76%), com respostas isoladas sobre diálogo e prevenção (três, ou 17,65%). Essa concentração na escassez de pessoal reflete barreiras humanas que comprometem a execução de estratégias preventivas. A tabela a seguir agrupa esses obstáculos temáticos, quantificando sua ocorrência.

Tabela 4: Maiores Obstáculos para a Eficácia das Estratégias de Prevenção (Questão Aberta)

Tema do Obstáculo	Contagem	Porcentagem (%) (base 17 respostas)
Falta de efetivo/policial	7	41.18
Falta de recursos/estrutura/financeiros	3	17.65

Falta de investimentos em educação/saúde/social	2	11.76
Limitações tecnológicas/acesso lento	2	11.76
Falta de diálogo/prevenção/efetividade estatal	3	17.65
Total	17	100.00

Fonte: Elaborado pelo Autor (2025).

A Tabela 4 destaca a falta de efetivo como obstáculo central, alinhada a Santana (2023) que discute escassez na Polícia Militar do Paraná durante a pandemia, comprometendo patrulhamento em áreas comerciais. Rios, Mairink e Almeida (2015) enfatizam responsabilidades estatais em superar limitações financeiras (17,65%), enquanto Guimarães (2018) e Santos et al. (2021) ligam investimentos sociais (11,76%) a condicionantes socioeconômicos que perpetuam crimes patrimoniais, sugerindo que respostas como "investimentos na área da educação como um todo" e "ineficiência do estado para combater a criminalidade por outros meios" apontam para abordagens integradas além do policiamento.

As respostas abertas revelam ainda exemplos concretos, como "a resposta policial em algumas regiões é lenta por conta da baixa quantidade de efetivo ou da distância entre os batalhões e os locais dos crimes", ilustrando barreiras logísticas que afetam a prevenção em municípios menores e periféricos; essa percepção de limitações em estrutura (17,65%) se conecta a Araújo (2025), que defende posicionamento inteligente de equipes para superar distâncias, e a Zart e Gallois (2019), que utilizam mapeamentos para otimizar recursos em áreas vulneráveis.

As menções a investimentos sociais, como "melhor saúde e educação" (11,76%), expandem a discussão para além do policiamento, alinhando-se a Guimarães (2018), que associa crimes patrimoniais a desigualdades socioeconômicas, e a Santos et al. (2021), que correlacionam desemprego a furtos em metrópoles; na PMGO, essas respostas indicam necessidade de políticas intersetoriais para complementar estratégias preventivas.

As respostas abertas também enfatizam a falta de efetivo como "o maior obstáculo para a presença efetiva das forças de segurança nas áreas periféricas", com exemplos de "baixa quantidade de efetivo" levando a respostas lentas, o que ecoa Ferreira e Nascimento (2023) sobre ineficiências no patrulhamento ostensivo devido a rotatividade; essa ênfase (41,18%) reforça a análise de Santana (2023), que discute impactos da escassez durante crises, sugerindo que na PMGO, o aumento de efetivo poderia elevar a coordenação comunitária e a redução de delitos em comércios.

As barreiras tecnológicas e de diálogo (11,76% e 17,65%) surgem em respostas como "muitos comerciantes ainda enfrentam dificuldades para ter acesso a sistemas de segurança eficientes", destacando limitações financeiras que Matos e Severo (2024) identificam em Senador Canedo, onde a percepção de segurança depende de interação; Rios, Mairink e Almeida (2015) complementam com a responsabilidade estatal em prover recursos, indicando que na PMGO, o fortalecimento de parcerias poderia mitigar essas lacunas.

Os resultados examinados respondem ao problema de pesquisa ao demonstrar que as estratégias de prevenção a crimes patrimoniais da PMGO em pequenos comércios, predominantemente rondas ostensivas, exibem eficácia moderada a alta na redução de furtos e arrombamentos, embora barreiras como falta de efetivo nas respostas fechadas e na aberta e coordenação parcial limitem sua efetividade percebida por policiais.

O objetivo geral de analisar a eficácia dessas estratégias é atendido pela percepção de suficiência na maioria das ações policiais e melhoria elevada pelo uso de dados criminais, confirmando o impacto positivo na segurança de comércios. O objetivo específico de mapear estratégias preventivas é cumprido pela identificação de rondas como principal, com frequência adequada na maioria dos casos, alinhada a rondas territorializadas descritas por Araújo (2025). O objetivo de avaliar a percepção de policiais sobre efetividade revela redução muito significativa em furtos e arrombamentos, corroborando Santos et al. (2021) sobre condicionantes socioeconômicos. O objetivo de investigar a perspectiva sobre impacto na segurança dos estabelecimentos indica suficiência parcial ou total na maioria das respostas, com sugestões de mais rondas e interação, como em Matos e Severo (2024). O objetivo de identificar barreiras operacionais revela falta de efetivo como principal, com respostas abertas enfatizando "falta de policiais" e "baixa quantidade de efetivo", ecoando Ferreira e Nascimento (2023) e propondo otimização para maior efetividade na PMGO.

5 CONCLUSÃO

Os resultados da pesquisa revelam implicações práticas para a segurança pública em Goiás, destacando que as estratégias preventivas da PMGO, embora eficazes em contextos moderados, enfrentam restrições que limitam seu potencial integral na proteção de pequenos comércios contra crimes patrimoniais.

A análise demonstra que rondas ostensivas emergem como a abordagem predominante, com frequência percebida como adequada pela maioria dos policiais e contribuindo para reduções significativas em furtos e arrombamentos, alinhando-se à literatura que enfatiza o papel

dissuasório da visibilidade policial. A melhoria na eficácia impulsionada pelo uso de dados criminais reforça a necessidade de ferramentas analíticas, enquanto a suficiência parcial das ações policiais indica oportunidades para integração comunitária, promovendo não apenas repressão, mas também conscientização socioeconômica.

Esses achados atendem aos objetivos propostos, mapeando estratégias como rondas e programas educativos, avaliando percepções positivas de efetividade entre policiais inexperientes (amostra majoritariamente com menos de um ano de atuação), e identificando barreiras como falta de efetivo e coordenação comunitária insuficiente, que perpetuam vulnerabilidades em áreas comerciais urbanas. Limitações da pesquisa incluem a amostra restrita a policiais, subestimando perspectivas de comerciantes, e a ausência de dados quantitativos extensos sobre reduções criminais, o que sugere expansões futuras para incluir métricas longitudinais e entrevistas com proprietários.

Diante disso, recomenda-se a implementação de medidas como expansão de programas de capacitação para policiais em análise de dados criminais, fortalecimento de parcerias com associações comerciais para ações educativas conjuntas, e alocação de recursos adicionais para aumentar o efetivo em zonas de alta incidência, visando mitigar obstáculos operacionais. Essas sugestões podem elevar a coordenação comunitária e otimizar o uso de recursos, consolidando a PMGO como agente proativo na prevenção.

A conclusão da pesquisa indica a urgência de políticas integradas que transcendam o policiamento, incorporando intervenções socioeconômicas para romper ciclos de criminalidade, fomentando assim comunidades mais resilientes e economicamente vibrantes em Goiás.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wagner. A aplicação inteligente e visível das equipes operacionais em áreas de responsabilidade territorial com foco na prevenção de crimes violentos contra o patrimônio. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 6, n. 6, p. e666498-e666498, 2025.

FERREIRA, Gustavo Constantino; NASCIMENTO, Josimar Pires Nicolau do. **Policiamento Ostensivo: Estratégia No Combate À Criminalidade**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

FERNANDES, Antonio José Martins; SOUZA, Luanna Tomaz. A Divisão Territorializada da Atividade Policial: Um Perfil da Atuação da Polícia Militar em Belém. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 18, n. 2, p. 316-335, 2024.

GUIMARÃES, Thais Helena. **Crimes contra o patrimônio** : um estudo sobre os condicionantes socioeconômicos das práticas de infrações penais em Minas Gerais. 2018. 51 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

MATOS, Pedro Henrique Nunes da Silva; SEVERO, Viviane Martins. **A Percepção Da Atividade Policial Militar E O Sentimento De Segurança Dos Comerciantes Da Cidade De Senador Canedo/Go**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2024.

PAIVA, Karla Pires Ferreira; DOURADO, Ricardo Junqueira. **Atuação da 43ª companhia de policiamento especializado (CPE) na prevenção e repressão dos crimes de roubo (roubo a transeunte, roubo de veículo e roubo em comércio)**. Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, 2023.

RIOS, Rafael Alves Gonçalves; MAIRINK, Carlos Henrique Passos; ALMEIDA, Gustavo Henrique. Responsabilidade do estado nos crimes patrimoniais. **LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 5, n. 1, p. 105-110, 2015.

SANTANA, Cristiano. O Trabalho Da Policia Militar Do Parana Frente Ao Pre-Caos Social: Atuação Na Pandemia. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, v. 16, n. 1, 2023.

SANTOS, Cezar Augusto Pereira et al. Desemprego e Crimes Patrimoniais à Luz da Teoria Econômica do Crime: Um Estudo para a Região Metropolitana de São Paulo. **Economic Analysis of Law Review**, v. 12, n. 1, p. 102-120, 2021.

ZART, Ricardo Emilio; GALLOIS, Rodrigo Petry. Estudo envolvendo o índice de crimes de furto e roubo na cidade de caçador conforme dados do 15º batalhão de polícia militar de sc entre 2017 e 2018. **Extensão em Foco (ISSN: 2317-9791)**, v. 7, n. 2, p. 38-48, 2019.

APÊNDICE A

Prezado(a) participante,

Você é convidado(a) a participar da pesquisa "Estratégias de Prevenção a Crimes Patrimoniais em Pequenos Comércio", conduzida por Antonio Pedro Almeida Sousa, no âmbito do Comando da Academia de Polícia Militar - CAPM. O estudo analisa a eficácia das ações da Polícia Militar de Goiás na proteção de comércio. Sua participação envolve responder um questionário com 10 perguntas de múltipla escolha (10-15 minutos). Não há riscos diretos, e os benefícios incluem melhorias na segurança dos comércio. A participação é voluntária, com anonimato e confidencialidade garantidos.

☐ Concordo em participar

☐ Não concordo

1. Qual é o seu perfil?

☐ Policial militar

☐ Comerciante

2. Há quanto tempo você atua na área comercial urbana (para comerciantes) ou na unidade operacional (para policiais)?

☐ Menos de 1 ano

☐ 1 a 5 anos

☐ Mais de 5 anos

3. Quais estratégias preventivas você observa com mais frequência em áreas comerciais?

☐ Rondas ostensivas

☐ Programas educativos

☐ Postos policiais fixos

☐ Nenhuma

4. Como você avalia a frequência das rondas policiais em áreas comerciais?

☐ Muito baixa

☐ Baixa

☐ Adequada

☐ Alta

5. As ações policiais reduzem a ocorrência de furtos em pequenos comércio?

☐ Não reduzem

☐ Reduzem pouco

- ☐ Reduzem moderadamente
 - ☐ Reduzem muito
6. As ações policiais reduzem a ocorrência de arrombamentos em pequenos comércios?
- ☐ Não reduzem
 - ☐ Reduzem pouco
 - ☐ Reduzem moderadamente
 - ☐ Reduzem muito
7. Você considera as ações policiais suficientes para garantir a segurança dos comércios?
- ☐ Insuficientes
 - ☐ Parcialmente suficientes
 - ☐ Suficientes
 - ☐ Muito suficientes
8. Qual é a principal barreira para a eficácia das ações preventivas?
- ☐ Falta de efetivo
 - ☐ Falta de equipamentos
 - ☐ Falta de planejamento
 - ☐ Outra
9. As estratégias preventivas são bem coordenadas com a comunidade?
- ☐ Não coordenadas
 - ☐ Parcialmente coordenadas
 - ☐ Bem coordenadas
 - ☐ Muito bem coordenadas
10. Qual medida poderia melhorar a prevenção a crimes patrimoniais?
- ☐ Mais rondas policiais
 - ☐ Programas educativos
 - ☐ Maior interação com comerciantes
 - ☐ Melhor uso de dados criminais